

ENTRE AS TRAMAS DA DISTINÇÃO SOCIAL: O ENSINO SECUNDÁRIO NO MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO (1942-1971)¹

Solange de Andrade Ribeiro²
Jacira Helena do Valle Pereira³

Eixo Temático: Ensino secundário técnico/médio;

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o ensino secundário na porção sul do antigo estado de Mato Grosso, no século XX, por meio da análise das produções acadêmicas e memorialística⁴ refletimos sobre a distinção social conferida aos estudantes do primeiro Colégio público secundário de Campo Grande hoje denominado Colégio Maria Constança. Trata-se de uma revisão de literatura.

Palavras-chave: ensino secundário, distinção, história da educação.

¹ Este trabalho destina-se ao eixo temático I: Ensino secundário Técnico/ Médio.

² Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação (GEPASE /UFMS). Especialista em Mídias Integrada a Educação (/UFMS/2010). Mestranda do PPGEdU/CCHS/UFMS. E-mail solanri@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Coordenadora do GEPASE , em cujo âmbito desenvolve pesquisas na interface da educação, memória, migração fronteira, identidade e diversidade cultural. E-mail jpereira.dou@terra.com.br.

⁴ Trata-se do livro Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul. Cuja organização foi feita pela Maria da Glória Sá Rosa. O livro se constitui com narrativas “relatos de vida” dos professores que muito contribuíram para a História da Educação no sul de Mato Grosso. Em que pese às críticas sobre ser ou não ser esta uma obra memorialística, compreendemos que o conteúdo do livro é composto por memórias de professores aposentados, apresentados como narrativas, sem análises. Logo, o texto é entendido como fonte memorialística.

Notas introdutórias...

O objetivo deste trabalho é o de apresentar a algumas considerações sobre o ensino secundário, com o foco nas fontes bibliográficas. Pretende-se, com esse levantamento, estabelecer um delineamento histórico das condições políticas, econômicas e sociais que perpassaram, em especial, o ensino secundário no Colégio Maria Constança Barros Machado⁵ no período de 1942-1971.

Este levantamento é fruto das produções acadêmicas e bibliográficas para a construção da pesquisa de mestrado intitulada: “*Habitus* estudantil⁶ e distinção no Colégio Maria Constança Barros Machado (1942-1971) ⁷”, como corpus da análise utilizou-se dissertações e teses, que têm o seu objeto gestado dentro ou a partir do ensino secundário. Assim, para uma melhor compreensão da proposta, este trabalho está organizado em dois tópicos.

No primeiro tópico apresenta-se a estrutura do ensino secundário no Brasil. No segundo tópico é apresentado o ensino secundário público no sul do Mato Grosso. E por fim tecemos nossas considerações finais.

1 Revisitando o ensino secundário

Neste tópico apresentamos a configuração histórica da escola média no Brasil, a fim de respondemos a algumas das indagações propostas no início do

⁵ Inaugurado como Liceu Campo-Grandense e mais tarde como Estadual Campo-Grandense.

⁶ O estudo da constituição do *habitus* estudantil a partir das trajetórias escolares alicerça-se na teoria de Bourdieu (2007), compreendendo que os agentes (estudantes) são dotados de *habitus* (modos de pensamento e ações, convertidos em disposições para agir) inscritos nos corpos pelas experiências passadas produto da socialização primária acrescida pelas incorporações escolares. (BOURDIEU, 2007, p. 169).

⁷ Agência de fomento CAPES.

estudo, logo perscrutamos as características históricas que instituíram o ensino secundário no Brasil como um campo de distinção social.

O ensino secundário nasceu em um contexto no qual o Brasil era uma colônia portuguesa sem maior interesse para a metrópole, que se organizou sob a égide da monocultura da cana-de-açúcar para a exportação (ao menos, até a descoberta de ouro e diamante nas Minas Gerais), baseada no latifúndio e no trabalho escravo. (PINTO, 2002).

O ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal, organizou-se com o que poderíamos nomear com uma nomenclatura atual, “terceirização”, haja vista, que o rei entregou nas mãos dos jesuítas o monopólio do ensino, e com isso desobrigou a coroa de custeá-lo. Esses dois princípios estabelecidos nos idos de 1549 vão moldar o ensino no Brasil até os dias atuais.

O primeiro deles, uma base produtiva que excluía a maioria da população: índios, negros e colonos pobres, do acesso ao principal meio de produção (a terra), a produção desta por sua vez era assegurada pelo trabalho escravo, nesse contexto a educação surgia como ilustração para poucos e como mecanismo de reprodução social da elite rural e comercial, ou seja, um mercado para poucos, pois propiciava a formação de poucas pessoas, e o acesso ao conhecimento era um privilégio da elite.

A segunda base que moldará a educação na jovem colônia foi o padrão de ensino jesuítico. Nascido no bojo do movimento contrarreformista, a conhecida-, “Companhia de Jesus”, que tinha como objetivo de acordo com Pinto (2002, p. 52):

[...] arrebanhar o maior número de almas para o catolicismo. Com a formação basicamente escolástica, de caráter literário, baseada nos textos clássicos, essencialmente Aristóteles na versão filtrada por São Tomás de Aquino [...].

Em outras palavras, essa formação tinha por objetivo assegurar o domínio da igreja, nos mercados políticos e econômico, assim se constitui a educação secundária no Brasil em um mercado restrito para poucos. A metodologia de ensino era de cunho formalista, centrada na hermenêutica e afastada de qualquer experimentação e baseava-se na valorização da repetição como instrumento de aprendizagem e a disciplina rígida como elemento de formação do caráter.

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e, em fins daquele ano, já fundaram em São Vicente-SP, um seminário-escola, que viria a ser o modelo de ensino médio no Brasil por mais de dois séculos. O currículo tinha por base a *Ratio Studion* e se estruturava por cerca de nove anos, envolvendo estudos de Retórica, Gramática Latina, Humanidades, Lógica, Metafísica, Moral, dentre outros, portanto o ensino médio no Brasil já nasceu com um caráter seletivo, propedêutico, com um currículo centrado nas humanidades. (VEIGA, 2003).

Em 1759 este “consistente” e “bem constituído” sistema caiu por terra, quando o marquês de Pombal expulsou os jesuítas da metrópole e da colônia, pois o mesmo não considerava esse sistema de ensino articulado aos interesses da coroa (interesse apenas econômicos), mas apenas aos interesses dos jesuítas, ou seja, da igreja. Quando da expulsão, os jesuítas possuíam 17 seminários-escola no Brasil. (Pinto, 2002).

Em substituição ao conservador sistema de ensino jesuítico, no nível secundário, foram introduzidas aulas régias de Latim, Grego, Retórica e Filosofia, entre outras, com professores mal-remunerados, e na maioria das vezes indicados por critérios políticos, ou seja, sem a formação necessária, o que demandou uma queda na qualidade de ensino. Mas na prática, a elite continuou a frequentar os seminários-escola, agora nas mãos de outras ordens religiosas, mas que reproduziam os mesmos métodos. É essa estrutura que perdurou até a emenda à constituição de 1824, promulgada em 1834.

A proposta do Marquês no período do Brasil imperial trouxe uma divisão na responsabilidade sobre a oferta do ensino, ficando as províncias (atuais Estados) responsáveis pelo ensino primário e secundário, e o poder central responsável, basicamente pelo ensino superior e pelo ensino no município da Corte (Rio de Janeiro). Assim, surgiram os liceus provincianos (conhecidos nos anos de 1930 a 1950 como escolas exemplaresⁱ), nos Estados, que mais tarde vão ser denominados de Colégios Secundários.

É nesse contexto que nasceu às primeiras barreiras sociais que vão caracterizar o ensino secundário como um campo de distinção social, que por meio

do exame de admissão dava aos herdeiros de uma sólida instrução primária, a condição de eleitos, e dignos de frequentar o ensino secundário, ou seja, um campo de distinção social. A legislação que entrou em vigor instituiu os exames da admissão para o ensino secundário, bem como avaliações específicas para o ingresso no ensino superior, e consolidou no ensino secundário o caráter propedêutico que o marcou até os idos de 1990. (VEIGA, 2003).

Foi com a Revolução de 1930, que provocou uma profunda crise no modelo agroexportador que sustentava a economia brasileira, é que o país pela primeira vez, nos seus 400 anos de história, teria de fato, um Ministério da Educação, tendo à sua frente um ministro com grande força política, o então ministro Francisco Campos.

Do ponto de vista da instrução secundária já em 1931, em pleno governo provisório, surgiu o decreto, nº 19.890 que dispôs sobre a organização do ensino secundário, complementado pelo decreto nº 4.244, de abril de 1942 por Gustavo Capanema, que constituiu a lei orgânica do ensino secundário que perdurou até 1971. (VEIGA, 2007). Nesse período, a educação secundária estabeleceu-se com o objetivo de formar uma elite intelectual amplamente preparada para dar fôlego a todo desenvolvimento econômico, político e cultural que se esperava no País.

A respeito desse nível de ensino, o acesso se dava por meio de uma avaliação (exame de admissão), e por isso não era acessível a todos. Antes se estabeleceu como um primado de distinção entre as classes sociais, pois encerrava em si o fim das oportunidades escolaresⁱⁱ para uma classe e o início da trajetória estudantil e profissional de outra.

No ano de 1962, o ensino secundário no Brasil passou por uma série de reformulações em razão da primeira lei de educação nacional-, Lei nº 4.024/61. Essas reformulações alteraram significativamente as disciplinas escolares, haja vista que retirou do currículo a obrigatoriedade das disciplinas de caráter humanístico e propedêutico de cunho elitista, como o Latim e o Francês. Mas, foi somente com a Lei 5692/71, que se extinguiu o ensino secundário no território nacional.

A distinção adquirida por meio do ensino secundário pode ser melhor aquilatada quando analisamos a história da escola média no Brasil, a saber, as

políticas e conjunturas políticas, econômicas e culturais que fizeram do ensino secundário entre os anos de 1930 a 1971 um primado de visibilidade social. (CARVALHO, 2003). Configuração que recebeu constantes rupturas após 1961.

Em 1964 com a implantação da ditadura militar, ocorreram mudanças estruturais no campo educacional calcadas no interesse das classes dominantes. A Lei nº 5.692/ 71 mudou de forma radical a tendência legislativa em vigor. A lei integrou o antigo ginásio com o antigo primário, criando o primeiro grau, com oito anos de duração, obrigatório e gratuito nas instituições públicas.

Em segundo lugar, transformou o antigo colegial em segundo grau, sem alterar sua duração de três anos. Contudo, a maior mudança dessa lei foi a profissionalização compulsória, o caráter de qualificação profissional estabelecida por essa lei alterou as finalidades do ensino médio, haja vista, que a partir da certificação técnica, conferia ao ensino médio o caráter de terminalidade dos estudos, reduzindo a demanda para o ensino superior, e apacando as manifestações que exigiam vagas nas universidades. (PINTO, 2002).

Como podemos constatar, muitas foram as mudanças do ensino secundário até a atual organização do ensino médio, desde adequações curriculares, haja vista, que muitas áreas das humanidades saíram, passando pela estrutura, pois o mesmo integrava em uma única organização o segundo segmento da educação primária, aos três anos do ensino de segundo grau, as políticas avaliativas, já que o maior afunilamento estava na entrada para o ensino secundário.

3 Do Liceu Campo-Grandense ao Maria Constança Barros Machado

De acordo com Campestrini (2011) até a década de 1950 o atendimento pelas demandas educacionais no sul do Mato Grosso era feito pelos colégios confessionais, que supriam a omissão do Estado. O governo estadual começou a construir colégios em todas as cidades do estado a partir de 1950.

A exceção para o Liceu-Campo-Grandense, que têm a sua história atrelada ao nome da professora Maria Constança Barros Machado, nome atual do Liceu, em

homenagem a professora que atuou durante meio século como professora, militante, comprometida com a educação. Nas palavras de Sá Rosa (1991) quem deu novos rumos a educação, com muitos reflexos positivos, tornou-se impossível falar em educação em Mato Grosso do Sul, sem citar Maria Constança. E foi por meio de vários pedidos feitos por ela ao governo estadual, que se deliberou a inauguração do Liceu Campo-Grandense.

A história da escola pública secundária em Campo Grande/MS nasce com a criação do Liceu Campo-Grandense, pelo Decreto Estadual nº 229, de 27 de dezembro de 1938. No entanto, este só foi oficializado em ata de abertura de 18 de março de 1939 e o seu funcionamento data de 1942, já com a denominação de Ginásio Estadual Campo-Grandense.

Até a inauguração do Estadual, Campo Grande, só contava com as escolas particulares e confessionais. Brito (2001), em sua tese a respeito da educação primária e secundária mato-grossense entre 1930 e 1954, esclarece que em 1937 existiam apenas 14 escolas que ofereciam o ensino secundário em todo o estado e que a permanência dos estudantes nessas escolas demandava um custo elevado às famílias, tanto nas instituições públicas quanto privadas. O certo é que os estudantes das classes menos favorecidas economicamente mal conseguiam concluir a escola primária e as condições dessa no estado também não propiciava condições objetivas de continuação nos demais níveis de ensino.

Em âmbito nacional, o Liceu estava sob as determinações da Reforma Francisco Campos, aprovada em 1931. Foi considerado como um símbolo do desenvolvimento da cidade. A inauguração do Estadual teve uma relevância histórica na sociedade campo-grandense. Era o início de uma nova configuração cultural e social, como pode ser observado no excerto da narrativa da professora Maria Constança a seguir:

A inauguração do Estadual foi um acontecimento memorável na vida da cidade, com o hasteamento da bandeira pelo Governador, Hino Nacional cantado pelos alunos, acompanhados da banda do exército, benção do prédio pelo bispo de Corumbá Dom Orlando Chaves e discursos vários. (SÁ ROSA, 1990, p. 67).

O Estadual só iniciou suas atividades ininterruptas a partir de 1942 e funcionou em prédio anexo ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho, na Avenida Afonso Pena (PESSANHA, et al, 2007). No ano de 1954, o Estadual foi transferido para a sede própria no bairro Amambaí. O prédio foi projetado por Oscar Niemeyer para o governo do Estado de Mato Grosso, na gestão de Fernando Corrêa da Costa, pois a partir da solicitação para a construção de uma escola na cidade de Corumbá, foi feita a licitação para construção de duas escolas, sendo uma na cidade de Campo Grande, (ARRUDA, 2006).

A sede do Colégio Estadual foi construída na Rua I-Juca Pirama, no bairro Amambaí. Essa região era conhecida como “Cabeça de Boi”, (EBNER, 1999), era deslocada do centro, formando vazios típicos da urbanização de Campo Grande, e tinha em seu entorno edificações militares, bem como funcionários das mesmas. São principalmente os filhos de militares que vão ter acesso a essa instituição e estabelecer uma relação de significado social. O Estadual não era uma simples escola secundária, mas um campo de produção simbólica, onde se evidenciava a distinção social das frações de classe. (BOURDIEU, 2007).

Sobre as produções que focalizaram o ensino secundário na Escola Maria Constança Barros Machado, ou que analisaram os seus objetos mencionando o referido colégio, encontramos o seguinte quadro após o levantamento no Banco de Teses da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDBTD) até o fim de 2011:

**Quadro 1 - “Produções sobre o Colégio Maria Constança Barros Machado”:
análise quantitativa das temáticas pesquisadas.**

OBJETO	QUANTIDADE
Disciplinas escolares	7
Currículo	2
Arquitetura	1
Expressões artísticas	3
Total	13

Fonte: CAPES /BDDTD, 2012.

Organização: RIBEIRO; PEREIRA, 2012.

Podemos inferir que a educação secundária no sul de Mato Grosso seguiu o processo de urbanização e modernização ocorrido em todo o Brasil no início do século XX. De acordo com Brito (2001), a ampliação da educação primária e secundária ao sul de Mato Grosso esteve associada aos crescentes investimentos em educação por parte dos governantes em forma de criação de escolas, aumento do número de matrículas no ensino médio (normal, comercial e secundário), investimento em material didático e imobiliário e expansão das redes públicas e particulares de ensino.

Assim como nos demais estados federados do Brasil, o ensino secundário no sul de Mato Grosso foi pensado para um grupo que se denominava elite, para atender às expectativas desse grupo, entre as quais podemos destacar: instruir os filhos em uma escola pública e de qualidade, constituir capitais seguros para serem mobilizados no processo de inserção social, elevar as cidades a um progresso moral, cultural, religioso, social e político (CARVALHO, 2003).

Tratando especificamente do ensino secundário, Oliveira (2009) ao analisar o ensino de Francês no Maria Constança expõe que a disciplina Francês cumpria um papel elitizante voltado para grupos sociais específicos, que podiam não somente chegar e concluir um ensino secundário, como também tentar o ensino superior.

Braga (2006) ao pesquisar a disciplina Educação Física no Maria Constança, o autor concluiu com a pesquisa que a disciplina Educação Física no Maria Constança por meio dos esportes, das práticas instituídas, dos desfiles, dentre outros fatores foi preponderante para a construção de uma cultura que estendeu para a sociedade projeção social.

Campos (2004) observa que o Maria Constança era uma referência para a sociedade, à escola era distinta tanto pela competência dos professores, pela excelente adequação do espaço físico, e pelas representações de si que os estudantes demonstravam por meio do comprometimento, pelo orgulho que os estudantes desta escola sentiam por pertencer a este grupo. O ensino secundário no Maria Constança era na visão de muitos um espaço privilegiado, um lugar destinado aos herdeiros (BOURDIEU, 2009). Como pode ser observado no excerto a seguir:

Ao se recordar de seu período na escola nas décadas anteriores a 1970, Madalena destaca a qualidade do ensino e ênfase a disciplina. E acrescenta: o ginásio era para poucos, era para ‘muito poucos’⁸ [...] Era o único ginásio público de Campo Grande [...] E. aquelas pessoas que passavam no exame de admissão eram eleitas (Depoimento coletado em 22/06/2004). O privilégio de ser escolhida se justificava pela qualidade da instrução oferecida [...] pela valorização das atividades culturais. [...]. (CAMPOS, 2004, p. 28).

Este espaço para poucos, equivale ao conceito de campo simbólico, um espaço que foi construído simbolicamente e que correspondia às aspirações de um grupo. Como campo de produção simbólica, que recebe influências dos condicionantes políticos e econômicos das instituições, assemelha-se com a noção de campo de poder, conforme Bourdieu (2007, p. 52):

O campo de poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço das relações de força entre os diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão.

Para Bourdieu esta efervescência cultural relatada pela autora demonstra a singularidade das práticas culturais nesta instituição, e, por conseguinte, a uma distinção. Campos (2005) pesquisou a música no Maria Constança como componente da disciplina Educação Artística.

Rahe (2006) ao tomar a disciplina Língua Inglesa como objeto de estudo nos revela que as práticas escolares no ensino secundário se alteram de acordo com as épocas, e especificamente no caso do Maria Constança, até os anos de 1971 o ensino ministrado era voltado para elite, com a reformulação por meio da Lei 5692/1971 a mudança de público alvo e das finalidades da escola alteraram grandemente os conteúdos ensinados. A autora pontua que existe uma proximidade entre a cultura da escola e a cultura familiar, e que é essa conexão que dão êxito as práticas pedagógicas e aos conhecimentos culturais.

[...] os professores da disciplina língua inglesa no Maria Constança, em seus relatos, afirmam que passaram por inúmeras mudanças na escola, que envolveram mudança de público, mudanças de governo, de legislações e até mudanças nas finalidades para o ensino da língua estrangeira [...]. (RAHE, 2006, p. 109.).

⁸ Grifos do autor

E especificamente no caso do Maria Constança, até os anos de 1971 o ensino ministrado era voltado para elite, com a reformulação por meio da Lei 5692/1971 o ensino de inglês sofreu várias mudanças, a principal foi a mudança de público alvo e das finalidades da escola, que alteraram grandemente os conteúdos ensinados. A autora pontua que existe uma proximidade entre a cultura da escola e a cultura familiar, e que é essa conexão que dão êxito as práticas pedagógicas e aos conhecimentos culturais,

A referida autora argumenta que até 1971, além do ensino de gramática os alunos liam textos, traduziam, apresentavam peças teatrais e conversavam em Língua Inglesa, mas a autora considerou que embora houvesse uma grande contribuição dos professores que ministraram aulas desta disciplina no decorrer desse período, os alunos já possuíam disposições necessárias para apreender sem dificuldade e decifrar os códigos ditados pela escola enquanto instituição dotada de uma cultura legitimada pela sociedade, Bourdieu, (2008).

Essa relação família e escola nos permitem apreender que a produção de um *habitus* estudantil esta intimamente ligada com as estratégias familiares e educacionais que visam a uma formação diferenciada e que são resultantes da mobilização dos diferentes capitais (NOGUEIRA, 2006).

Rahe (2006) pondera ao finalizar a dissertação que a escola como instituição ligada às práticas culturais formadora da sociedade, corresponde às expectativas da mesma, e que os aspectos socioculturais, como a produção de *habitus* e a internalização de valores são resultado da cultura escolar. Assim, após a queda do exame de admissão as expectativas da sociedade em relação e escolarização dos filhos, sofreu uma alteração drástica, no que tange a educação pública no ensino secundário.

Essas reflexões bibliográficas nos mostram indícios, que essa escola, promovia uma distinção social no campo educacional que projetava os estudantes a uma distinção profissional. Em primeira análise, nós supomos que mesmo para entrar nesta escola por meio do exame de admissão era necessário que o aluno apresentasse

as disposições necessárias⁹ para se adequar ao ensino ali ministrado, e que ao longo do ensino secundário essas disposições, a mobilização dos capitais presentes nesta escola, especificamente o capital social e o simbólico produziam, um *habitus* estudantil, um modo de ser e estar nesta instituição, que em conjunto com as condições políticas e sociais da sociedade, projetou estes alunos a cargos de dirigentes, e aos mais prestigiados cursos superiores e carreiras intelectualizadas.

O que se pode inquirir é que do Liceu Campo-Grandense ao Maria Constança e ensino secundário, foi pensado para atender aos grupos privilegiados, o ensino gratuito e de qualidade ministrado na escola desempenhava o papel de legitimar a herança familiar e escolar como um dom “natural” inerente a capacidade dos estudantes. Essa escola marcou a produção de quadros para galgarem os mais altos espaços da sociedade Campo-grandense até os idos de 1971.

A guisa de considerações finais

Pelas produções sobre o ensino secundário constatou-se que esse nível de ensino se consolidou a partir dos interesses de classe, e que a estrutura deste se organizou por critérios de seleção, tanto no que tange aos próprios estudantes pelo exame de admissão, quanto na seleção cultural das disciplinas escolares de caráter humanista, promovendo uma distinção entre a escola técnica, que formava para o trabalho braçal, e a escola de cultura geral, desinteressada, de caráter elitizante, voltada à preparação para os cursos de nível superior, principalmente os de bacharelado.

O ensino secundário passou por muitas reformas e leis de 1942 a 1971 e essas alterações correspondiam às finalidades políticas, econômicas, demandando alterações curriculares para atender às necessidades dos grupos sociais economicamente favorecidos. Embora o ensino secundário de caráter clássico tenha prevalecido até os idos de 1962, a constante demanda pelo desenvolvimento científico exigido pelo

⁹ Pelo grau de exigência para entrada no secundário desta escola que é apresentada nas produções, compreendemos que a maior parte dos alunos que conseguiam entrar e permanecer no Maria Constança, eram alunos que já possuíam um acúmulo de capital cultural e capital social, pois entre as falas é recorrente, a afirmação de estar entre os melhores e mencionar os sobrenomes das famílias, que na grande maioria eram famílias de prestígio e ou tradicionais.

alargamento econômico e pelo processo da modernidade trouxe novas configurações organizacionais no sentido de torná-lo mais simplificado visando à formação necessária de mão de obra para o mercado industrial e comercial.

Dos pesquisadores que se debruçaram sobre o Colégio Maria Constança as análises convergem para um ponto em comum, que esta instituição era uma referência para a sociedade campo-grandense. O ensino secundário no Maria Constança era distinto tanto pela competência dos professores, pela excelente adequação do espaço físico, e pelas representações de si que os estudantes demonstravam por meio do comprometimento, pelo orgulho que os estudantes sentiam por pertencer a este grupo, enfim, trata-se de uma distinção que pertencia a cada estudante, mas também a coletividade, pois, todos eram participantes de um campo distinto.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória.** Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de Educação** Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2009.

BRAGA, Paulo Henrique Azuaga. **A educação física no Maria Constança: expressão da cultura escolar no período de 1954-1964.** 2006. Dissertação- (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2006.

BRITO, Silvia H. de. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954).** Tese (Doutorado em Educação), Campinas, UNICAMP, 2001.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. **História de Mato Grosso do Sul.** 7. Ed. Campo Grande, MS. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul,

CAMPOS, Nilcéia Silveira Protásio. **Música na Cultura Escolar: As práticas musicais no contexto da Educação Artística (1971 / 1996).** 2004. Dissertação- (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2005.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

CARVALHO, Marta M. C. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, centro gráfico. 1998.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20/12/1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, centro gráfico. 1962.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11/08/1971. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, centro gráfico. 1972.

EBNER, Íris de A. **A cidade e seus vazios**. Investigação e proposta para os vazios de Campo Grande. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

PINTO; José Marcelino Rezende. O Ensino Médio. In. OLIVEIRA; Romualdo Portela de, ADRIÃO; Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

NOGUEIRA; Maria Alice; NOGUEIRA; Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAHE. Marta Banducci. **A disciplina língua inglesa e o "sotaque norte-americano" uma investigação das práticas docentes no Maria Constança**. 2006. Dissertação- (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2006.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

ⁱ De acordo com Pessanha e Arruda (2008) são denominadas escolas exemplares, as escolas que expressavam os projetos de modernização e escolarização dos grupos sociais que nelas se percebiam como “elite” no final do século XIX e século XX. Entre as escolas consideradas como exemplares e que se constitui como objeto de pesquisa estão: o Liceu de Humanidades de Campos, a escola Conde de Parnaíba, em Jundiá, o Colégio Estadual de Uberlândia, o Estadual de Campo Grande (conhecida como Maria Constança).

ⁱⁱ Referimos ao exame de admissão, que surge como uma barreira social que impedia a inserção das camadas populares no ensino secundário e por conseqüência a inserção nas profissões de prestígio ou intelectualizadas. Hoje nos deparamos com essa realidade ao fim do ensino médio, quando da avaliação nacionais (ENEM) acaba tornando-se uma barreira social para muitos cursos de prestígio social.